

Dominação abstrata ou concepção abstrata? Considerações sobre a teoria crítica do capitalismo de Moishe Postone

Abstract domination or abstract conception? Considerations on the
critical theory of capitalism of Moishe Postone

Leonardo Jorge da Hora Pereira

leonardojorgehp@gmail.com
(Universidade Federal da Bahia, Bahia, Brasil)

Resumo: A relevância da tarefa de elaboração de uma teoria crítica do capitalismo adequada aos tempos atuais é central atualmente. Este artigo pretende apresentar, em suas linhas mestras, o trabalho de Moishe Postone e, sobretudo, avaliar até que ponto ele se apresenta como um ponto de partida adequado ao objetivo de compreender e criticar a dinâmica capitalista. Este artigo divide-se assim em duas partes: a primeira visa destacar os aspectos centrais do pensamento de Postone e a segunda procura suscitar alguns questionamentos e críticas acerca tanto da interpretação de Postone sobre Marx quanto, mais geralmente, da sua teorização do capitalismo.

Palavras-chave: teoria crítica; teoria social; capitalismo; Postone; Marx.

Abstract: The relevance of the task of elaborating a critical theory of capitalism appropriate to current times is central today. This article intends to present, in its main lines, the work of Moishe Postone and, above all, to evaluate the extent to which it presents itself as a suitable starting point for the goal of understanding and criticizing the capitalist dynamics. This article is divided in two parts: the first one aims at highlighting the central aspects of Postone's thinking and the second one seeks to raise some questions and critics about both Postone's interpretation of Marx and, more generally, his theorization of capitalism.

Keywords: critical theory; social theory; capitalism; Postone; Marx.

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2318-9800.v23i1p41-61>

Depois de algumas gerações deixando a teorização e a crítica do capitalismo em segundo plano, autores vinculados à teoria crítica de matriz frankfurtiana vêm se interessando por esse tema (Azmanova, 2014; Fraser, 2014; Jaeggi, 2015). Isto tem certamente a ver com os problemas e crises mais recentes suscitados pelo capitalismo contemporâneo, seja este interpretado como “neoliberal”, como “globalizado” ou por meio de alguma outra categoria. Esse fato nos ajuda a compreender o interesse renovado por Adorno ou mesmo por Marx demonstrado pelos membros da geração atual dessa vertente teórica (Jaeggi & Loick, 2013a, 2013b). Nesse contexto, é igualmente difícil de ignorar a relativa popularidade, entre alguns teóricos críticos, do trabalho

de Moishe Postone. Este autor tem trabalhado, pelo menos desde a década de 90 do século passado, em uma reinterpretação de Marx com vistas à reelaboração de uma teoria crítica do capitalismo; portanto, com alguns anos de antecedência em relação a essa tendência mais recente de crítica do capitalismo.

Reconhecendo a relevância da tarefa de elaboração de uma teoria crítica do capitalismo adequada aos tempos atuais, este artigo pretende apresentar, em suas linhas mestras, o trabalho de Postone e, sobretudo, avaliar até que ponto ele se apresenta como um ponto de partida adequado ao objetivo de compreender e criticar a dinâmica capitalista. Este artigo divide-se assim em duas partes: a primeira visa a destacar os aspectos centrais do pensamento de Postone e a segunda procura suscitar alguns questionamentos e críticas acerca tanto da interpretação de Postone sobre Marx quanto, de modo mais geral, da sua teorização do capitalismo.

1 O trabalho como mediação social: a interpretação postoniana do capitalismo

No centro da análise de Postone está a ideia de que as categorias da crítica marxiana da economia política são historicamente específicas à sociedade capitalista moderna. Ao criticar o que ele chama de “marxismo tradicional”, caracterizado por uma análise muito focada na exploração, nas relações de classe e na distribuição desigual da mais-valia, Postone afirma que essa tradição não dá conta das relações sociais mais profundas do capitalismo. O marxismo tradicional permanece assim acrítico em relação às origens fundamentais do capitalismo, especialmente em relação à forma como a mediação social é estruturada. Portanto, ele nos convida a passar de “uma teoria das relações sociais fundamentalmente entendidas em termos de relações de classe a uma teoria das formas de mediação social expressas por categorias como valor e capital” (Postone, 2003, p. 76).¹

Nesse sentido, Postone procura entender e criticar a “essência profunda” do capitalismo a partir da análise das categorias fundamentais da mediação social mercantil-capitalista, tais como mercadoria, valor, trabalho abstrato e capital, enquanto sublinha sua especificidade histórica capitalista. É por isso que sua teoria crítica pode ser vista como uma análise e crítica *categorial* do capitalismo.

Seguindo a ordem da exposição de Marx, Postone apresenta primeiramente a categoria “mercadoria”. O que caracteriza a forma mercadoria das relações sociais é que ela é constituída pelo trabalho, que existe de forma objetivada e dual. Para elucidar esta descrição, a concepção de Marx da especificidade histórica do trabalho no capitalismo precisa ser esclarecida. Marx argumenta que o trabalho no capitalismo possui o que ele chama de “duplo caráter”: ele é ao mesmo tempo

¹ Salvo indicação contrária, as traduções são de minha autoria.

“trabalho concreto” e “trabalho abstrato”. Trabalho concreto refere-se ao fato de que uma certa forma de atividade (concebida como esforço e gasto de energia) faz parte do metabolismo dos indivíduos com a natureza, em todas as sociedades. O trabalho abstrato não se refere simplesmente ao trabalho concreto em geral, trata-se na verdade de um tipo de categoria muito diferente. Isso significa que o trabalho no capitalismo também tem uma função social única que não é intrínseca à atividade de gasto de energia fisiológica como tal. Através de sua mediação, o trabalho implica uma nova forma de interdependência social.

Em uma sociedade onde a mercadoria é a categoria estruturante, o trabalho e seus produtos não são socialmente distribuídos por normas tradicionais ou por relações manifestas de poder e dominação - isto é, por relações sociais não disfarçadas como é o caso em outras sociedades. Em vez disso, o próprio trabalho substitui essas relações sociais, servindo como uma espécie de médium quase-objetivo através do qual os produtos são trocados. Uma nova forma de interdependência surge, onde as pessoas não consomem o que produzem, mas onde, no entanto, seu próprio trabalho ou os produtos (objetivações) de seus trabalhos são os meios necessários para obter os produtos feitos por outros. Isso significa que o trabalho tem uma função dupla: por um lado, é um tipo específico de trabalho que produz bens específicos (trabalho concreto); mas, por outro lado, o trabalho, independentemente do seu conteúdo específico, serve ao produtor como meio para adquirir os produtos de outros (trabalho abstrato) (Cf. *idem*, p. 149-152).

Segundo Postone, é essa forma específica de mediação social através do trabalho abstrato que caracteriza fundamentalmente a sociedade capitalista. O trabalho no capitalismo não é, portanto, “o trabalho”, tal como o entendemos no seu sentido comum, trans-histórico, mas sim uma atividade de mediação social historicamente específica. Portanto, suas objetivações (mercadorias, dinheiro, capital) são tanto produtos concretos de trabalho como formas *objetivadas* de mediação social. Ou seja, as relações sociais aparecem necessariamente como “coisas”. Trata-se do fenômeno do *fetichismo* identificado por Marx. De acordo com essa análise, as relações sociais que mais essencialmente caracterizam a sociedade capitalista são muito diferentes das relações sociais qualitativamente específicas, manifestas, como a relação de parentesco ou a relação de dominação pessoal direta, que caracterizam sociedades não-capitalistas (Cf. *idem*, p. 153).

Assim, segundo esta interpretação, o que caracteriza fundamentalmente o capitalismo é uma forma historicamente *abstrata* de mediação social, constituída pelo trabalho. Do ponto de vista sociológico, esta natureza abstrata significa que a forma de mediação é impessoal e reificada. Segundo Postone, embora esta forma de mediação historicamente específica seja constituída por certas formas de prática, o que acontece é quase independente das pessoas envolvidas nessas

práticas. O resultado é uma nova forma histórica de dominação social, que sujeita as pessoas a imperativos racionalizados cada vez mais impessoais que não podem ser adequadamente compreendidos em termos de dominação de classe ou, mais geralmente, em termos de dominação concreta de agrupamentos sociais ou de agências institucionais do Estado e / ou da economia:

Essa coação não depende de uma dominação social direta, como é o caso, por exemplo, do trabalho escravo ou do servo; ela depende, em vez disso, de estruturas sociais “abstratas” e “objetivas” e representa uma forma de *dominação impessoal, abstrata*. Esta forma de dominação não é, em última instância, baseada em ninguém, em nenhuma classe, em nenhuma instituição; seu locus final são as formas sociais estruturantes e difusas da sociedade capitalista (...) A sociedade, enquanto o Outro universal, abstrato, quase independente, que afronta os indivíduos e exerce uma coação impessoal sobre eles, é constituída como uma estrutura alienada pelo duplo caráter de trabalho sob o capitalismo (idem, p. 159).

Estando o caráter abstrato da mediação social na base do capitalismo, ele também é expresso sob a forma da riqueza dominante nesta sociedade. Postone distingue explicitamente o valor do que ele chama de “riqueza material” e aproxima essas duas formas distintas de riqueza da dualidade do trabalho no capitalismo. A riqueza material é medida pela quantidade de produtos produzidos e depende de vários fatores, como o conhecimento, a organização social e as condições naturais, os quais se juntam ao próprio conteúdo do trabalho. O valor é constituído pelo mero gasto do tempo (socialmente necessário) de trabalho humano e é a forma dominante de riqueza no capitalismo. Assim, segundo Postone, a forma abstrata historicamente específica de dominação social intrínseca às formas básicas de mediação social no capitalismo corresponde à dominação das pessoas pelo tempo (abstrato) (cf. idem, cap. 5, p. 186ss).

Depois de ter definido o capitalismo como um sistema de mediação e dominação social abstratas, isto é, do ponto de vista *analítico*, Postone introduz a partir desse quadro uma dimensão propriamente *dinâmica* na essência do capitalismo. Essa dinâmica temporal se situa no coração do capital, que é uma categoria de movimento. O capital implica um processo incessante de autoexpansão do valor, um movimento direcional, sem “telos” externo, que produz ciclos de produção e consumo, criação e destruição em larga escala.

No entanto, como antes ele havia definido o capitalismo como fundamentalmente um sistema de relações sociais reificadas, cuja estrutura de dominação é essencialmente impessoal, esta dinâmica só pode ser entendida a partir da perspectiva de um *macro-sujeito*, cujo movimento específico corresponde ao movimento de uma totalidade fechada em si mesma:

Significativamente, na apresentação da categoria de capital no *Capital*, Marx a descreve com a mesma linguagem usada por Hegel na *Fenomenologia*, para se referir ao

Geist [Espírito] - a substância em automovimento é o sujeito de seu próprio processo. Assim, Marx sugere, com efeito, que realmente existe, no sentido hegeliano, um Sujeito histórico dentro do capitalismo. Mas - e isto é crucial - ele não identifica este Sujeito com o proletariado (como o faz Lukács) ou mesmo com a humanidade. Em vez disso, ele o identifica com o capital. A crítica de Marx a Hegel no *Capital* sugere que as relações capitalistas não são extrínsecas ao Sujeito como se elas entrassem sua plena realização. Pelo contrário, ele as analisa como constitutivas do Sujeito (Postone, 2007, p. 5).²

Assim, o Sujeito histórico é a estrutura alienada da mediação social que está no centro da formação capitalista. Este movimento, no entanto, é em si contraditório, na medida em que este novo produzido pela dinâmica capitalista sugere a possibilidade de uma sociedade pós-capitalista. É aqui que a oposição entre valor e riqueza material desempenha um papel potencialmente explosivo. Postone captura a dinâmica contraditória do “Sujeito-capital” da seguinte forma:

Na sua discussão sobre a grandeza do valor em termos de tempo de trabalho socialmente necessário, Marx indica uma especificidade do valor como uma forma social de riqueza cuja medida é temporal: o aumento da produtividade aumenta as quantidades de valores de uso produzidos por unidade de tempo, mas resulta disso apenas aumentos de curto prazo na grandeza do valor criado por unidade de tempo. Uma vez que este aumento produtivo se generaliza, a magnitude da queda de valor o traz de volta ao seu nível de base. O resultado é uma espécie de efeito de esteira [*treadmill effect*] sem fim. Por um lado, o aumento dos níveis de produtividade conduz a grandes aumentos na produção de valor de uso, entretanto o aumento da produtividade não resulta em aumentos proporcionais no longo prazo de valor (a forma social da riqueza no capitalismo) (idem, *ibidem*).³

Com este “efeito de esteira”, em que se corre sem sair do lugar, o que emerge é, portanto, uma dialética de transformação e reconstituição, na medida em que os níveis socialmente gerais de produtividade e as determinações quantitativas do tempo de trabalho socialmente necessário mudam, mas essas mudanças restauram o ponto de partida, ou seja, a medida limitada e pautada no valor (no tempo de trabalho) da riqueza social.

Segundo Postone, a contradição fundamental de nossa sociedade é a que se estabelece entre, de um lado, “o conhecimento e as capacidades produtivas socialmente gerais cuja acumulação é induzida pela forma das relações sociais mediadas pelo trabalho” e, de outro lado, “esta mesma forma de mediação” (Postone, 2003, p. 304). Ambos são efeitos contraditórios do capitalismo, os quais se referem às duas dimensões (concretas e abstratas) do trabalho e do tempo. Postone vê assim na tendência ao aumento de produtividade a possibilidade de abolir o trabalho, e não de realizar o trabalho. Isto é, esta constituição e essa acumulação de conhecimento socialmente geral tornam o trabalho do proletário cada vez mais

² Ver também Postone, 2003, p. 76-81; 156.

³ Ver também Postone, 2003, p. 289-290.

anacrônico e substituível por máquinas e pelo conhecimento científico-tecnológico. Esta abordagem trata a classe operária como o elemento de base do capital, e não como a personificação da sua negação.

2. Agência, conflito, complexidade e plasticidade: limites da abordagem postoniana

2.1 O capital existe sem capitalistas? O desequilíbrio entre sistema e ação

Apesar de seu caráter instigante e sistemático, a interpretação de Postone apresenta um certo número de problemas, não apenas no que diz respeito à obra de Marx, mas - o que é mais importante - em relação à própria compreensão do fenômeno social capitalista.

Como Pierre Dardot e Christian Laval sublinham, “não podemos subscrever a ideia de que ‘o capitalismo é um sistema de dominação impessoal e abstrata’, que seria como tal independente da existência dos capitalistas. Não se pode com efeito decidir ignorar o elo muito forte que Marx estabelece entre o capital e o capitalista” (Dardot & Laval, 2012, p. 593). Em apoio a essa objeção, eles citam duas passagens dos próprios *Grundrisse* - manuscrito de Marx que Postone utiliza fartamente para reinterpretar *O Capital* - que ilustram o fato de que o capitalismo não pode ser entendido simplesmente como um sistema de dominação impessoal a que o capitalista e o proletariado estariam igualmente sujeitos. Não que esta última ideia seja integralmente falsa para Marx, mas trata-se de uma visão *parcial*. É absolutamente necessário acrescentar que a lógica do capital precisa de *vetores*, isto é, de agentes sociais que personifiquem e internalizem essa lógica de forma a realizar suas ações de acordo com seus postulados e a implementar as tendências do capital:

Mas o capital existente para si é o *capitalista*. Evidentemente, é dito por socialistas que precisamos do capital, mas não do capitalista. O capital aparece então como pura coisa, não como relação de produção, que, refletida em si mesma, é precisamente o capitalista (*in sich reflectirt eben der Capitalist ist*). Eu posso naturalmente separar o capital desse capitalista singular e o capital pode passar a um outro capitalista. Mas perdendo o capital, ele perde a qualidade de capitalista. Por conseguinte, o capital é decerto separável de um capitalista singular, mas não *do* capitalista que, enquanto tal, se defronta com o trabalhador (Marx, 2011b, p. 375/ MEGA II/1.1, p. 223, grifo nosso).⁴

Assim, observa-se que a relação capitalista de produção refletida em si é o capitalista, isto é, a lógica do capital internalizada e personificada por um agente social. Assim, a dominação impessoal do capital não pode fazer abstração de uma

⁴ Sempre que for possível, indicaremos, junto com a paginação da tradução brasileira adotada, a paginação do volume correspondente da edição original alemã (MEGA ou MEW) das obras de Marx.

dominação tanto estrutural quanto pessoal⁵ ou direta do trabalhador pelo capitalista (que assim personificam a relação entre o capital e o trabalho vivo); ou seja, a dominação de *classe* é fundamental em Marx. Por isso Marx diz que “no conceito do capital está contido o capitalista (*Im Begriff des Capitals ist der Capitalist enthalten*). (...) o capital é essencialmente capitalista” (Marx, 2011b, p. 683-4/ MEGA II/1.2, p. 414-5).

Sendo assim, concordamos com Emmanuel Renault, quando este afirma que, se, no capitalismo, as coerções indiretas (em particular, a impossibilidade para os assalariados de sobreviver sem a renovação constante da relação salarial) desempenham um papel mais importante do que nos modos de produção anteriores, as análises de Marx sobre o capitalismo “não excluem a permanência ou mesmo o desenvolvimento de formas de dominação pessoal” (Renault, 2014, p. 174).

Verifica-se desse modo que o momento essencial da *ação* não pode ser suprimido pelo momento do *sistema*: só há lógica do capital quando “encarnada” ou personificada. Claro, Postone às vezes reconhece que as relações de classe desempenham um papel importante em Marx e no próprio capitalismo, mas ele sempre tenta subordinar esse problema àquele das formas alienadas de mediação social (cf. Postone, 2003, p. 314ss). Mas se o papel dos capitalistas, das relações de classe e da dominação pessoal são *essenciais*, por que a todo momento subordiná-las à dominação impessoal do valor? Postone opera uma espécie de desequilíbrio analítico por meio de uma hipertrofia da dimensão sistêmica que não se encontra em Marx, onde a integração sistêmica e a integração social são muito mais articuladas e balanceadas.

Ora, se o sistema (a dominação impessoal) é responsável pelas coerções que impõem essa lógica aos capitalistas individuais (por exemplo, através do mecanismo de concorrência), a dinâmica do sistema (as “leis” ou tendências sistêmicas do movimento do capital) só pode ser realizada pelas ações (ao menos parcialmente “livres” e “conscientes”) desses próprios capitalistas, tanto individual quanto coletivamente. Como Ludovic Hetzel ressalta, mesmo que sejam coagidos pela competição:

5 Na realidade, a dominação só é realmente pessoal nas sociedades tradicionais, onde existem relações pessoais de mestre e escravo, por exemplo. Neste caso, a autoridade do mestre é baseada em relações de dominação direta, ela é fundada em sua própria pessoa. No caso do capitalismo, a autoridade torna-se impessoal nesse sentido, já que o patrão tem autoridade somente por meio de uma relação puramente monetária e contratual, que não tem nada a ver com sua pessoa como tal. Qualquer pessoa que tenha dinheiro poderia contratar funcionários e se tornar um patrão. Mas isso não significa que as relações de dominação “face a face” desapareçam do processo de produção, pois, enquanto personificações da relação estrutural entre capital e trabalho, o capitalista deve dirigir o trabalhador e monitorar seu trabalho. Na análise de Marx, notadamente no assim chamado “Capítulo 6 inédito do Capital”, essa relação “face a face” é bastante importante, já que o interior da esfera de produção é um lugar privilegiado para a materialização do imperativo capitalista no modo de produção especificamente capitalista (cf. MEGA II/4.1, p. 92).

Os capitalistas são, portanto, os atores do desenvolvimento econômico, com sua vontade, sua inteligência, suas paixões e suas crenças. Da mesma forma, é a consciência de seus interesses que os leva a se reagrupar, a se organizar tanto dirigindo o Estado quanto criando associações (...) Entendemos então que o método sociológico de Marx não é nem “individualista” nem “coletivista” (...) *As estruturas são produzidas objetivamente pela atividade dos indivíduos, que são, portanto, realmente os atores dos processos sociais...* (Hetzl, 2015, p. 534).

Nessa perspectiva, por exemplo, os capitalistas têm de enfrentar diretamente os trabalhadores e forçá-los a trabalhar da maneira mais intensa possível⁶ - o que inevitavelmente cria antagonismos e lutas de classes. Desta forma, nem tudo é uma relação reificada (que se dá aparentemente “entre coisas”) no capitalismo, ao passo que a lógica do capital, essa sim, está sempre em ação. Postone reconhece isso, mas ele sempre reduz paradoxalmente os fenômenos que ocorrem na esfera da produção ao valor a uma forma mercantil de mediação social: “o valor é então um princípio estruturante de *duas* formas de divisão do trabalho na sociedade capitalista. Para Marx, ele não só estrutura a divisão social do trabalho nesta sociedade, mas também a divisão do trabalho na fábrica” (Postone, 2003, p. 333). Na verdade, há no capitalismo analisado por Marx o espaço interno da fábrica, o da divisão técnica do trabalho, que corresponde a outro tipo de mediação social, que pode ser descrito como organizacional, ao lado da mediação do mercado.

2.2 A confusão analítica entre mercado e capital

Constata-se assim um outro problema na análise de Postone, desta vez levantado por Jacques Bidet: esta análise confunde o processo capitalista de produção com o processo mercantil e, por isso, confunde a abstração mercantil, do valor e da mercadoria, com a abstração capitalista, do mais-valor. Postone atribui a dinâmica histórica do capitalismo às propriedades que seriam as mesmas do valor. Da mesma forma, ele acredita que “a exploração e a dominação são momentos que são parte integrante do trabalho determinado pela mercadoria”, ou ainda que a exploração do trabalho característica do capitalismo se baseia “finalmente, não na apropriação do excedente pelas classes não laboriosas, mas na forma que o trabalho se reveste sob o capitalismo” (idem, p. 161).

Destarte, Postone não lida realmente com a abstração capitalista enquanto lógica de ação própria dos capitalistas, mas tenta entender todos os aspectos do capitalismo a partir da perspectiva das formas alienadas de mediação social, isto é,

⁶ Como Marx nos lembra: “Entretanto, eu não apresento nunca o ganho do capitalista como uma subtração ou um ‘roubo’ cometidos contra o operário. Pelo contrário, considero o capitalista como um funcionário indispensável do regime capitalista de produção e demonstro bastante minuciosamente que não se limita a ‘subtrair’ ou ‘roubar’, mas, o que faz é conseguir a produção da mais-valia; quer dizer que ajuda, antes de tudo, a criar aquilo que há de ‘subtrair’...” (Marx, 2011a, p. 172).

em última instância, a partir de categorias mercantis, como o valor, a mercadoria e o trabalho abstrato. Ele não efetua a transição de uma forma de abstração real (limitada à esfera do mercado) à outra (capaz de invadir a produção e reestruturar o próprio mercado). É certo que a segunda é baseada na primeira, mas ela contém algumas especificidades decisivas em relação à dinâmica do capitalismo. Desta forma, apesar da intenção de ir além do mercado e do problema da distribuição, “Postone, poupando-se de considerar o que Marx trata como ‘a transformação’ do mercado em capital, aquiesce à sua maneira ao motivo liberal: vivemos em uma sociedade de mercado. E ele designa a ordem do mercado - e não a ordem capitalista - como a forma moderna de dominação” (Bidet, 2014, p. 12).

Ora, a sociedade capitalista não pode ser definida como uma sociedade de mercado baseada em um “mercado de trabalho”. O processo de mercantilização crescente não explica tudo o que acontece no capitalismo. O que é gasto e vendido pelo trabalhador não é “trabalho”, é uma “força de trabalho”, que deve ser explorada pelo capital. O processo de exploração não é, portanto, redutível a uma relação de troca comercial ou à relação de dominação impessoal pelo valor; ele inclui notadamente uma extorsão do produto de trabalho, inseparável de uma relação de dominação inerente ao contrato salarial.

Nesse sentido, o que Ruy Fausto aponta como problemático na obra de Robert Kurz e de seus seguidores da *Wertkritik* se aplica muito bem a Postone:

Há uma tal invasão do tema da mercadoria e da sociedade produtora de mercadorias que se é tentado a dizer que em Kurz há alguma coisa como “o *fetichismo da mercadoria*”, ou, simplificando, há um fetichismo teórico (ou teórico-prático) da mercadoria. A mercadoria é objeto de uma espécie de fetichização. De fato, no universo de Kurz, ela explica tudo (Fausto, 2002, p. 33, grifo nosso).

Como aponta Bidet, este tipo de deriva da qual Postone é um símbolo refere-se a uma confusão, muito difundida no comentário “filosófico” do *Capital*, entre a abstração do trabalho abstrato e a abstração do mais-valor, ou ainda, como dissemos acima, entre a abstração mercantil e a abstração capitalista. Em Marx, recordemos, a primeira é o correlato do trabalho concreto, a segunda refere-se a uma riqueza abstrata procurada como tal, independentemente do seu conteúdo em termos de investimento concreto particular, assim como das consequências sobre o destino dos seres humanos e da natureza. É preciso esperar até a segunda seção do *Capital*, sobre a transformação do dinheiro em capital, para seja apresentada a fórmula do capital, cuja finalidade posta não é mais simplesmente a troca e a obtenção de um outro valor de uso (M-D-M), mas a acumulação infinita de riqueza abstrata, de valor (D-M-D’). No caso da produção e circulação capitalista, o processo de troca e a abstração mercantil são *instrumentalizados* em função de uma forma própria de abstração real.

Postone junta esses dois conceitos em sua categoria de valor definido pelo trabalho abstrato. Com efeito, aos seus olhos, produzir valor, já é produzir pelo valor, pelo seu crescimento incessante. Tudo se resume à ideia de “criação de valor” (Postone, 2003, p. 282). Caímos assim no primeiro problema:

Não é que Postone esteja errado em questionar as finalidades abstratas do capitalismo: este deve ser o foco da crítica. Mas, designando a “mercadoria” como a própria essência do capital, uma vez que ela contém determinações “essenciais”, ele se engana de adversário. Ele faz com que os capitalistas desapareçam ao fazer a mais-valia sumir no valor, do qual ela seria apenas a expressão” (Bidet, 2014, p. 14).

Ao confundir elementos que são distinguidos (ainda que relacionados) por Marx, Postone cria uma análise excessivamente abstrata, totalizante, diríamos quase “metafísica”, o que não deixa muito espaço para se sofisticar e complexificar o diagnóstico do capitalismo.

2.3 A hipóstase do macro-sujeito

Há um terceiro problema que gostaríamos de enfatizar em Postone. Ele assume com convicção a metáfora do “sujeito automático” que Marx usa na segunda seção do *Capital*, reforçando-a e generalizando-a a partir de uma apropriação bastante duvidosa e até abusiva de Hegel: “Uma vez que a totalidade é autofundadora, automediadora e objetivada, ela existe quase de forma independente. Como mostrarei, no nível lógico da categoria de capital, essa totalidade se torna concreta e se move por si só. O capitalismo, tal como analisado por Marx, é uma forma de vida social com atributos metafísicos - aqueles do Sujeito absoluto” (Postone, 2003, p. 156). Na verdade, existem dois problemas com essa concepção da dinâmica capitalista entendida como um grande Sujeito. Em primeiro lugar, ela não dá conta do caráter parcialmente anárquico e muito heterogêneo das ações capitalistas, tampouco da instabilidade (e não do equilíbrio) que caracteriza o movimento de acumulação; ela pressupõe muito rapidamente uma coerência de conjunto. Em segundo lugar, ela não nos permite conceber verdadeiramente as tensões, resistências e conflitos, em suma, todas as dificuldades inerentes à trajetória da transformação capitalista do existente, do mundo.

Sobre o primeiro ponto, primeiro deve ser observado que, depois de ter falado de um “sujeito automático”, Marx introduz em seguida uma ressalva sobre essa ideia do capital como uma substância-sujeito que se move por si só, que se autovaloriza de forma autônoma e automática. Note-se a ironia de suas palavras: “pois o movimento, pelo qual ele adiciona mais-valia, é seu próprio movimento, sua valorização, portanto autovalorização. Ele recebeu a qualidade oculta de gerar valor porque ele é valor. Ele pare filhotes vivos ou ao menos põe ovos de ouro” (Marx, 1996, p. 274/ MEW

23, p. 169). Além disso, na introdução aos *Grundrisse*, ele critica explicitamente os hegelianos sobre este ponto: “com isso, nada mais simples para um hegeliano do que pôr a produção e o consumo como idênticos (...) Considerar a sociedade como um único sujeito é, além disso, considerá-la falsamente, especulativamente” (Marx, 2011b, p. 68/ MEGA II/1.1, p. 30). Falando a partir de sua própria perspectiva, Marx ressalta que “o objeto nesse caso é, primeiramente, a produção material. *Indivíduos* produzindo em sociedade - por isso, o ponto de partida é, naturalmente, a produção dos indivíduos socialmente determinada” (idem, p. 54/ MEGA II/1.1, p. 21). E, se Marx fala de totalidade, é de um todo (*Ganze*) ou totalidade orgânica, onde “há um impacto recíproco (*Wechselwirkung*) entre os diferentes momentos” (idem, p. 75/ MEGA II 1.1, p. 35, tradução modificada).

Note-se que, se não há autoridade central de regulação consciente ou direta, capaz de controlar todo o processo de troca de mercadorias, temos pelo menos duas possibilidades de interpretação do capitalismo: de um lado, podemos ver o capitalismo como um sistema no sentido forte do termo; por outro lado, podemos simplesmente dizer que o capitalismo tem uma dimensão de anarquia e de imprevisibilidade irremediável, apesar de algumas tendências globais e de algumas instâncias de controle e regulação de alcance variável (como o Estado, agências e instituições regionais e internacionais, associação de grandes empresas, multinacionais, etc.).

Já vimos que Postone adota a primeira possibilidade. No entanto, existe uma outra possibilidade de ler este fenômeno. Sem negar essa dimensão sistêmica da análise marxiana, não se trata tanto de dizer que os agentes são completamente heterônimos, sujeitos a imperativos impessoais, mas sim de mostrar como eles podem reagir apenas *a posteriori* em uma atmosfera relativamente anárquica.⁷ Obviamente, a falta de regulação *global* direta produz uma situação de heteronomia, de incerteza, de instabilidade, de disfunções e de crises potenciais, mas isso não significa que os agentes sejam completamente impotentes ou submetidos a um grande sistema maciço, assumindo o caráter de um “macro-sujeito”. O que é certo é que a lógica de ação de tais agentes é produzida socialmente; mas suas ações concretas não convergem necessariamente, não há equilíbrio ou coerência garantida. Aqui não devemos esquecer a distinção entre a dimensão da ação e a da representação. Se no nível da representação ou, mais precisamente, da ilusão socialmente necessária, existe de fato, segundo Marx, um fetichismo que se impõe de maneira bastante homogênea a todos os agentes, isso não significa necessariamente que suas ações sempre seguem

⁷ Sobre o tema da coordenação, a falta de regulação direta das trocas, ligada à competição típica do capitalismo, leva autores como Gérard Duménil e Dominique Lévy a falar, por exemplo, de uma microeconomia do desequilíbrio. De acordo com essa ideia, os agentes econômicos devem produzir ajustes *a posteriori* em situações de desequilíbrio. Curiosamente, a crítica de Duménil e Lévy contra a teoria neoclássica do equilíbrio geral se aplica, em alguma medida, à concepção de Postone. Cf. Dumenil & Levy, 2003, p. 48. Ver igualmente os trabalhos de Farjoun e Machover (1983) e, mais recentemente, Foley (2003).

na mesma direção. É óbvio que há tendências profundas ou, para usar as palavras de Marx, “leis de movimento”, que surgem estruturalmente de forma não intencional e que acabam se impondo aos atores; mas estas só podem ser identificadas em um contexto de instabilidade constante e multiplicidade de dinâmicas, e, portanto, só podem surgir *a posteriori*. Não é por acaso que as leis de Marx assumem o caráter de leis *tendenciasais*, contra as quais agem diversas contratendências. Em suma, o movimento de acumulação é muito mais instável e em alguma medida caótico do que nos sugere a perspectiva do grande Sujeito adotada por Postone.

O capitalismo pode muito bem ser visto como uma realidade aberta e dinâmica, cujas tendências são o produto de uma enorme quantidade de ações particulares (ainda que parcialmente integradas), o que cria sistematicamente *efeitos não intencionais de ações*. A totalidade capitalista é, portanto, dotada de uma coerência “mole”, *a posteriori*, sempre imprevisível, de forma alguma pré-estabelecida ou rígida. Se é assim, a dinâmica do capitalismo não é o produto de nenhum *macro-sujeito*, de nenhuma substância (O Capital, etc.), mas sim de uma miríade de ações (de indivíduos, de instituições, de grupos, de frações de classes articuladas) e de efeitos não intencionais, embora muitas dessas ações sigam uma mesma lógica de acumulação ilimitada. É por isso que as ações individuais e coletivas, bem como o conflito entre classes e grupos (cujos resultados são em grande parte imprevisíveis) desempenham um papel significativo nessa dinâmica, o que uma análise excessivamente sistêmica tende a deixar em segundo plano.

Ademais, para retomar o problema apontado nesta concepção excessivamente sistêmica, deve-se notar que, quando Marx trata das contradições da fórmula de autovalorização, ele mostra que o capital não é absolutamente autônomo, que ele depende de uma mercadoria especial para se valorizar, nomeadamente a força de trabalho, o trabalho vivo.⁸ Portanto, é necessário que o capital saia do seu círculo autocentrado e passe pela contingência do mundo concreto para atingir seu objetivo de valorização. Além da força de trabalho, quando ultrapassamos as primeiras 150 páginas (sobretudo a primeira seção) d’*O Capital* às quais Postone tanto se agarra,

⁸ Para uma análise, de inspiração hegeliana, do capital enquanto sujeito e conceito, mas que, em nossa opinião, é mais sofisticada que a de Postone, na medida em que reconhece as especificidades da análise marxiana (notadamente a crítica da autonomia do capital) em comparação com a de Hegel, conferir o trabalho de Ruy Fausto. Por exemplo: “O capital que era sujeito e continha nele os momentos da mercadoria e do dinheiro agora se torna *momento* de um movimento que se apresenta como uma alternância de trabalho / capital (...) O sujeito autônomo é assim posto, mas ele é ao mesmo tempo resolvido em uma iluminação abissal da exploração, que corresponde à posição grau máximo de intensidade. Sem essa iluminação, o movimento do sujeito teria realmente algo mistificador (...) Assim, o movimento de intersetividade das relações de apropriação não é apenas uma crítica da economia política *aufklärer*, mas também representa, em ato, uma crítica da lógica de Hegel. Se a *Lógica* de Hegel compreende como momentos o ser, a essência e o conceito, a lógica de Marx - a dialética marxiana - tem como momentos a essência, o conceito e um momento em que o conceito ‘danificado’ encontra *enquanto conceito ‘danificado’* a essência e o ser” (Fausto, 1997, p. 85-8).

constatamos que o processo de valorização depende de outras mediações concretas, como os recursos naturais, a população, o processo e a divisão do trabalho, o Estado e as leis, a capacidade das pessoas de consumir, a família, para não mencionar as diferentes culturas e os movimentos operários de resistência ao processo de acumulação capitalista.

É por isso que a dinâmica do capitalismo não pode ser entendida como a trajetória autônoma de um grande sujeito que se move sozinho. Ela deve ser entendida como a de uma dolorosa reestruturação do existente pela lógica capitalista, que dá origem a vários fenômenos específicos que são difíceis de reduzir a uma trajetória linear. Os capitalistas, portadores desta lógica abstrata, devem assimilar as situações e enfrentar as circunstâncias e os ambientes um a um. Esta tensão às vezes explode em conflitos, choques e crises. Todo esse movimento de reprodução ampliada do capital não é automático, apesar do modo de exposição por vezes utilizado por Marx.

Poderíamos nesse sentido, a partir de Axel Honneth, identificar na análise de Postone um “déficit sociológico”, na medida em que, como nos lembra Honneth, a dimensão interativa e pragmática dos atores sociais deve aparecer como um ponto de vista básico da teoria social. Ao contrário das abordagens sistêmicas em geral, Honneth procura mostrar que o desenvolvimento do sistema capitalista e do aparato burocrático do Estado é mediado por normas sociais e depende dos conflitos que moldaram instituições e práticas sociais em geral. Não existe um sistema “quase-objetivo”, independente dos agentes (Cf. Honneth, 1986, p. 289).⁹

Assim, mesmo que Postone queira compreender as tensões e as contradições que marcam a trajetória do capitalismo até o ponto de considerar seu possível declínio e superação, a maneira dele de entender o capital como uma totalidade substancial, onde até mesmo a dimensão concreta do trabalho social aparece como um simples atributo da dimensão do valor, impede que ele reconheça adequadamente na realidade concreta aspectos com os quais o capital sempre deve se confrontar, incluindo o peso determinante de outras lógicas e interesses, em particular a resistência de variados grupos sociais. Para ele, “a dimensão social concreta e a dimensão social abstrata do trabalho na sociedade capitalista são ambas dimensões do capital” (Postone, 2003, p. 358). Ora, se o capital engole tudo, ele reina *absoluto*, não resta nenhum aspecto da realidade ou grupo social que lhe faça o mínimo de resistência. Mesmo que por vezes ele possa mencionar um ou outro movimento social capaz de eventualmente apontar para além do capitalismo,¹⁰ fica difícil enquadrar isso, de modo coerente, à sua teoria social.

9 Para uma defesa da fertilidade de uma abordagem à economia consistente com a perspectiva honnethiana, ver Deranty, 2010.

10 Por exemplo, Postone diz que o movimento feminista estaria tentando formular uma nova forma de universalismo, para além do universalismo burguês (Cf. Postone, 2003, p. 372).

2.4 O desafio de estar à altura da complexidade da dinâmica capitalista

Para além da precisão ou não da interpretação postoniana de Marx, o ponto chave que nos interessa sobretudo ressaltar é o caráter abstrato e até mesmo insuficientemente complexo da leitura de Postone sobre o capitalismo. Parece-nos particularmente mais promissoras as tentativas institucionalistas de compreender o capitalismo como um fenômeno social amplo e diverso, sujeito a múltiplas crises e contradições. Com efeito, muitas teorias econômicas, notadamente as heterodoxas, já reconhecem atualmente que a economia é um processo institucionalizado (cf. Chavance, 2006; Streeck, 2012). Ora, na abordagem sistêmica, parece que o mundo econômico é composto exclusivamente de dois polos: por um lado, há os portadores (capitalistas e trabalhadores) das relações sociais, estas últimas se constituindo pelas costas dos primeiros; por outro lado, existe o sistema, o capital como verdadeiro Sujeito “automático” do processo econômico e histórico. Para as teorias institucionalistas, este “vazio” deve ser preenchido entre os dois polos; falta elementos intermediários entre os níveis macro e micro, isto é, organizações e especialmente instituições. As instituições são o que torna possível explicar a dimensão histórica e espacial dos processos econômicos capitalistas, pois as instituições atuam como importantes mecanismos de mediação e regulação social. Ou seja, o panorama institucional de uma economia possibilita distingui-la no tempo e no espaço, e assim descrever diferentes fases e capitalismo. A abordagem institucionalista torna assim a compreensão da mediação e da coordenação social no capitalismo uma tarefa muito mais complexa do que supõe a abordagem de Postone sobre o trabalho. Ainda sobre esse ponto, é importante ressaltar que para algumas vertentes teóricas, tais instituições são ao menos parcialmente resultado de processos conflituosos de negociação, compromisso ou até mesmo imposição.¹¹

Na própria vertente da teoria crítica, já temos bons exemplos de tentativas no sentido de superar a visão - no fundo de origem lukacsiana - do capitalismo como uma “forma reificada de vida ética”, isto é, de pensá-lo como uma ordem institucionalizada. Nancy Fraser é talvez o caso mais representativo. A principal vantagem desta abordagem é a de trazer o capitalismo de volta ao centro sem deixar de considerar a *complexidade* normativa e institucional de nosso mundo social moderno.

Segundo Fraser, uma das peculiaridades do capitalismo é a de tratar suas relações sociais estruturantes como se fossem estritamente “econômicas”. No entanto ela acredita ser necessário falar sobre as condições de fundo “não econômicas” que permitem que exista algo como um “sistema econômico”. Estas são características não de uma economia capitalista, mas de uma sociedade capitalista. Portanto, o

11 A Teoria francesa da Regulação é um bom exemplo disso. Ver, por exemplo Boyer, 2004, 2015.

capitalismo é algo maior do que uma economia. Ou seja, enquanto para Postone o trabalho enquanto mediação social é autofundado e praticamente autônomo, para Fraser o âmbito produtivo e as relações sociais mercantis dependem, ainda que de modo implícito, de outras práticas e relações sociais para se sustentarem. O caráter “autofundado” da mediação social do valor não passaria assim de uma ilusão.

Percebe-se então que a imagem do capitalismo que Fraser esboça difere da visão do capitalismo como uma forma reificada de vida ética, caracterizada pela mercantilização e monetização generalizadas. Para Fraser, a mercantilização está longe de ser universal na sociedade capitalista. Pelo contrário, a mercantilização depende, para sua própria existência, de zonas não mercantilizadas que encarnam gramáticas normativas e ontológicas peculiares. Fraser destaca zonas e normas relacionadas aos âmbitos da reprodução social, da política e da ecologia. Por exemplo, as práticas sociais orientadas para a reprodução (em oposição à produção) tendem a gerar ideais de cuidados, responsabilidade mútua e solidariedade, por mais hierárquicas e paroquiais que possam ser. Bem entendido, o objetivo dela não é idealizar essas normas “não econômicas”, mas registrar sua divergência com os valores associados ao primeiro plano do capitalismo: acima de tudo, crescimento, eficiência, intercâmbio igual, escolha individual, liberdade negativa e avanço meritocrático.

Essa divergência faz toda a diferença com a forma como conceitualizamos o capitalismo. Longe de gerar uma única e abrangente lógica de reificação, a sociedade capitalista é normativamente diferenciada, abrangendo uma pluralidade determinada de ontologias sociais e normatividades distintas, ainda que inter-relacionadas. A lição de Fraser é que, se pretendemos desenvolver uma teoria crítica do capitalismo, devemos substituir a visão deste último que o coloca como uma forma reificada de vida ética por uma visão estrutural e normativa mais diferenciada. Isso faz com que Fraser possa vislumbrar uma resistência à lógica capitalista de modo mais concreto e ancorado que Postone, sem com isso afirmar que existe uma espécie de “alteridade pura” em relação ao capitalismo. Não é porque outras lógicas e normatividades se desenvolvem e co-evoluem com a lógica capitalista que elas não podem lhe fazer resistência efetiva (cf. Fraser, 2014, p. 70).

Curiosamente, a partir desta concepção complexa do capitalismo, podemos identificar até mesmo uma *certa* convergência insuspeita entre Fraser e Louis Althusser. Ao menos naquilo que diz respeito à compreensão das contradições que marcam o capitalismo. Vimos que Postone pretende enxergar na contradição fundamental entre valor e riqueza material - que, no fundo, é uma reformulação da contradição entre forças produtivas e relações de produção - um potencial capaz de abolir o trabalho e libertar a sociabilidade humana do domínio abstrato do valor. Ora, segundo a velha lição de Althusser, não existe uma contradição única e exclusiva, que percorreria toda a história do capitalismo até explodir em algum momento. É por isso

que Althusser afirma que, com seu conceito de *sobredeterminação*, a contradição deixa de ser vista como unívoca, no sentido de que as categorias deixam de ter um papel e um significado fixos, uma vez que são determinadas pela complexidade estruturada do todo.¹² De forma similar, Fraser procura mostrar que as contradições do capitalismo são múltiplas e estão em constante deslocamento, já que as próprias fronteiras que separam economia e natureza, economia e política e economia e sociedade são possíveis fontes de conflito. Nessa perspectiva, as disfuncionalidades sistêmicas podem aparecer não apenas no seio da economia, mas também nas suas relações com a natureza ou a política. Da mesma forma, os conflitos sociais podem se dar entre classes, mas também podem envolver clivagens de gênero, etnia, nações, grupos de status, para não falar do problema ecológico.

2.5 Por uma teoria crítica da imaginação e criatividade capitalistas

Para concluir, gostaríamos de retomar os temas da inovação e da plasticidade que parecem marcar a dinâmica capitalista, a fim de assinalar uma última e decisiva limitação na abordagem postoniana, tal como a compreendemos. Postone possui uma bela imagem para descrever essa dinâmica: “A dinâmica histórica do capitalismo gera incessantemente o que é novo, enquanto regenera o que é o mesmo” (Postone, 2007, p. 6). De fato, a trajetória capitalista é marcada por um sem número de inovações, hibridações, apropriação e transformações tanto no sistema produtivo e nas relações de trabalho, quanto mais geralmente no modo como a lógica capitalista lida com diversos âmbitos da sociedade. Na verdade, desde o início Marx enfatizou a resistência do concreto à sua instrumentalização pela abstração capitalista, que não só cria tensões, mas também obriga os capitalistas a encontrar constantemente novas soluções, dando um caráter de *plasticidade* ao processo de acumulação. A passagem descrita por Marx na quarta seção do *Capital*, da extração de mais-valia absoluta à extração de mais-valia relativa, através de inovações tecnológicas e produtivas, ilustra muito bem esse ponto.

Um caso mais recente é o que é detalhadamente relatado por Boltanski e Chiapello (2011) ao tratarem das transformações nas relações de trabalho e de consumo no capitalismo francês nas três décadas seguintes ao maio de 1968. Para eles, o capitalismo foi capaz de se reconstituir (ao menos parcialmente) como resposta ao que eles chamam de “crítica artista”, resignificando valores como autonomia,

12 “A ideia básica é que a contradição Capital-Trabalho nunca é simples, mas sempre é especificada pelas formas concretas e circunstâncias concretas em que opera. Especificada pelas formas da superestrutura (Estado, ideologia dominante, religião, movimentos políticos organizados, etc.) (...) especificada pela situação histórica interna e externa, que a determina de acordo com o próprio passado nacional, por um lado (...) e o contexto global existente, por outro lado...” (Althusser, 2005, p. 104).

liberdade e flexibilidade em função da manutenção do processo de valorização e de exploração. Ou seja, produziu-se algo novo a fim de se manter, em linhas gerais, o mesmo processo capitalista de valorização e exploração.

Isso significa que *tudo* é possível no capitalismo? Não, pois isso seria adotar uma concepção integralmente contingente da forma capitalista de organização social, o que destruiria a sua unidade conceitual. Postone tem, portanto, razão em apontar para certos limites efetivos da agência no capitalismo. Com efeito, em uma entrevista, Postone aponta para aquilo que ele acredita ser uma tendência paradoxal no capitalismo: aumento da agência individual e diminuição da agência histórica, isto é, de uma agência realmente capaz de transformar a sociedade. Isso porque temos sob o capitalismo um aumento no poder e no escopo de um sistema impessoal de coação que veicula uma lógica histórica específica e determinados modos de prática (Cf. Postone, 2009, 316).¹³ Então, temos indivíduos agindo cada vez mais fora de estruturas de dominação pessoal, e nesse sentido, um aumento da agência individual, sem que com isso tenhamos efetivamente um aumento em autonomia e possibilidade de transformação. O capitalismo, é verdade, abre uma possibilidade de agência histórica, pois já vimos que sua lógica produz contraditoriamente as possibilidades efetivas de sua superação, mas ela ao mesmo tempo constringe fortemente essa possibilidade.

De um modo abstrato, é difícil discordar destas ponderações. No entanto, se a dinâmica do capitalismo não é completamente contingente, ela apresenta muitas inovações, desvios, retomadas - ainda que ao mesmo tempo ela continue reproduzindo os processos históricos de acumulação, exploração, dominação, instrumentalização, etc. - de modo que essa plasticidade precisa ser levada em conta seriamente por uma teoria crítica do capitalismo. Hoje, por exemplo, estamos vendo talvez o alvorecer de um capitalismo dos dados ou informacional, que através do fenômeno do *Big data* explora e molda nossos comportamentos e mundos da vida por meio da extração e comercialização massiva dos nossos dados pessoais (Cf. Zuboff, 2015). Mais um fenômeno social importante gerado por dinâmicas de inovação e apropriação de certos setores capitalistas.

Assim, cabe a pergunta: como isso foi possível? Aliás, como isso tem sido sistematicamente possível? Será que uma abordagem fundamentalmente sistêmica como a de Postone - que passa por cima e relega ao segundo plano as capacidades e habilidades socialmente produzidas dos atores - é capaz de nos oferecer subsídios para responder a essa pergunta? Parece-nos que não, pois, por mais que sua intenção seja a de dar conta simultaneamente das dimensões objetiva e subjetiva das categorias de Marx, a dimensão da agência é claramente sub-teorizada. No fundo, Postone descreve “do alto”, panoramicamente, isto é, ele constata empiricamente,

¹³ Agradeço a um parecerista anônimo pela indicação deste ponto de discussão na obra de Postone.

com essa bela imagem, essa característica marcante de complexidade, diversidade e plasticidade da dinâmica capitalista, mas se mostra incapaz de teorizá-la, por *motivos sistemáticos* referentes aos fundamentos de sua teoria social. Dito de outro modo: por mais que fale em práticas, a concepção praxeológica de Postone é sobredeterminada pelo âmbito sistêmico, de modo que sua teoria social não nos oferece elementos suficientes para se pensar a riqueza e os recursos da(s) prática(s) capitalistas.

Um bom desafio para uma teoria crítica do capitalismo seria assim o de tentar teorizar assim como lidar criticamente com isso que aparece como uma criatividade ou uma imaginação tipicamente capitalistas, considerando a dimensão dos atores, o modo específico como, em cada contexto, eles carregam, reproduzem, absorvem e renovam os imperativos do capital. A teoria crítica do capitalismo precisa de uma abordagem que não desconsidere as capacidades e habilidades - socialmente produzidas - dos atores capitalistas e que seja capaz de captar a riqueza dos recursos e, por assim dizer, do próprio horizonte de sentido e do mundo da vida desses que são, para usar palavras de Marx, o capital personificado ou encarnado.

Isso seria uma forma de superar no campo da teoria crítica do capitalismo algo que, em boa parte da teoria social contemporânea, aparece cada vez mais como uma compreensão empobrecida dos atores sociais em geral. Ora, hoje há uma tendência de “dessubstancialização” do social dentro de algumas orientações sociológicas que parecem questionar a perspectiva ontológica que privilegia exclusivamente a abordagem objetivista da realidade social. Com efeito, a fenomenologia, a sociologia compreensiva, o interacionismo, cada um em seu próprio estilo, contribuíram, ao longo da história da teoria social para desafiar o modelo da objetividade social como resultado congelado de ações passadas. Quando parte da sociologia de hoje reivindica o “pragmatismo”, reavivando em certo sentido esse movimento histórico que surge com os movimentos mencionados acima, é para fazer valer o ponto de vista do ator e do coletivo que, confrontados com problemas e conflitos, improvisam soluções com base, é verdade, em modelos de resolução disponíveis, mas também explorando *criativamente* as margens de indeterminação oferecidas pelas situações.¹⁴ De algo dado e estruturante, de fundamento (tal como o trabalho sob o capitalismo, em Postone), o social passa a ser um problema a ser explicado.

Por outro lado, seria igualmente importante, a fim de não cair numa concepção excessivamente contingente e indeterminada de capitalismo, apontar as limitações e condicionamentos disso que pode aparecer como uma imaginação ou criatividade

14 Sobre este ponto, podemos mencionar desde clássicos como John Dewey como referências mais recentes no campo da teoria social. Ver, por exemplo Boltanski & Thévenot, 1991; Dewey, 2006; Joas, 1996; Latour, 2006; Chateauraynaud & Debaz, 2017. Na teoria crítica, Robin Celikates (2009; 2012) procurou trabalhar a partir notadamente dos resultados de Luc Boltanski.

especificamente capitalistas, o que eventualmente pode nos oferecer uma outra via para se pensar a crítica imanente desta forma de organização social.¹⁵

Muitos dos problemas levantados por este artigo poderiam receber como resposta o fato de que Postone não pretendeu desenvolver uma teoria completa do capitalismo, mas tão somente algo como um ponto de partida, preocupando-se apenas em dar conta do que ele chama de “núcleo duro” do capitalismo. Ora, se as ponderações feitas ao longo deste artigo estiverem corretas, temos que é o próprio ponto de partida, é a própria compreensão do “núcleo duro” do capitalismo que precisa ser repensada, reformulada e sofisticada, a fim de fazer frente à complexidade e plasticidade da dinâmica capitalista. Ou seja, os problemas da análise de Postone não se referem apenas à sua leitura mais ou menos fiel de Marx, mas sobretudo à sua visão do capitalismo enquanto tal. Em todo caso, a relevância e o pioneirismo do trabalho de Postone no campo da teoria crítica não é, com tais observações, de forma alguma negada. Trata-se, pelo contrário, de avançar ainda mais nas sendas abertas por ele ao trazer para o primeiro plano o desafio de uma reatualização da teorização crítica sobre o capitalismo.¹⁶

Referências

- Althusser, L. (2005). *Pour Marx*. Paris: La Découverte.
- Azmanova, A. (2014). Crisis? Capitalism is Doing Very Well. How is Critical Theory? *Constellations*, 21(3), pp. 351-365. <https://doi.org/10.1111/1467-8675.12101>
- Bidet, J. (2014). Misère dans la philosophie marxiste : Moïse Postone lecteur du Capital. *Revue Période*. Recuperado de <http://revueperiode.net/misere-dans-la-philosophie-marxiste-moishe-postone-lecteur-du-capital/>. Acesso em 27 de Augusto 2015.
- Boltanski, L., & Chiapello, È. (2011). *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard.
- Boltanski, L., & Thévenot, L. (1991). *De la justification: les économies de la grandeur*. Paris: Gallimard.
- Boyer, R. (2004). *Une théorie du capitalisme est-elle possible ?* Paris: Odile Jacob.
- _____. (2015). *Économie politique des capitalismes*. Paris: La Découverte.
- Celikates, R. (2009). *Kritik als soziale Praxis: Gesellschaftliche Selbstverständigung und kritische Theorie* (1st ed.). Frankfurt am Main: Campus Verlag.
- _____. (2012). O não reconhecimento sistemático e a prática da crítica: Bourdieu, Boltanski e o papel da teoria crítica. *Novos Estudos CEBRAP*, 93, pp. 29-42. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002012000200004>

¹⁵ Desenvolvi amplamente este ponto na minha tese de doutorado. Cf. Da Hora Pereira, 2016.

¹⁶ Este artigo teve a sua primeira versão submetida para publicação antes do falecimento de Postone, em março deste ano. No entanto, não poderíamos deixar de assinalar aqui que, com a ocorrência deste triste fato, o artigo adquire ainda mais o sentido de uma homenagem à obra e à ousadia crítica do trabalho de Postone.

- Chateauraynaud, F., & Debaz, J. (2017). *Aux bords de l'irréversible : Sociologie pragmatique des transformations*. Editions Pétra.
- Chavance, B. (2006). *L'économie institutionnelle*. Paris: Editions La Découverte.
- Da Hora Pereira, L. (2016). *Le capitalisme comme forme historique et comme pratique sociale. Une contribution à la philosophie sociale à partir de Marx et de la Théorie de la Régulation* (Tese de doutorado em filosofia). Universidade de Paris-Nanterre, Nanterre, França.
- Dardot, P., & Laval, C. (2012). *Marx, prénom: Karl*. Paris: Gallimard.
- Deranty, J.-P. R. (2010). Critique of political economy and contemporary critical theory : a defence of Honneth's theory of recognition. In C. Zurn & H.-C. Schmidt am Busch, *The Philosophy of recognition : historical and contemporary perspectives*. Lexington Books.
- Dewey, J. (2006). *Logique, la théorie de l'enquête*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Dumenil, G., & Levy, D. (2003). *Economie marxiste du capitalisme*. Paris: La Découverte.
- Farjoun, E., Machover, M. (1983). *Laws of Chaos: a probabilistic approach to political economy*. London: Verso.
- Fausto, R. (1997). *Le Capital et la Logique de Hegel: Dialectique marxienne, dialectique hégélienne ; postface, Sur la politique de Marx*. Paris: Editions L'Harmattan.
- _____. (2002). *Marx: lógica e política investigações para uma reconstituição do sentido da dialética, tomo III*. Sao Paulo: Ed. 34.
- Foley, D. (2003). *Unholy Trinity: labor, capital, and land in the new economy*. London: Routledge.
- Fraser, N. (2014). Behind Marx's Hidden Abode: For an Expanded Conception of Capitalism. *New Left Review*, 86, pp. 55-72.
- Hetzl, L. (2015). Des sujets au coeur du Capital. *Les études Philosophiques*, 4.
- Honneth, A. (1986). *Kritik der Macht*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- Jaeggi, R. (2015). O que há (se de fato há algo) de errado com o capitalismo? Três vias de crítica do capitalismo. *Cadernos de Filosofia Alemã*, 20(2), pp.13-36. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2318-9800.v20i2p13-36>. Acesso em 8 de Maio de 2016.
- Jaeggi, R., & Loick, D. (2013a). *Karl Marx - Perspektiven der Gesellschaftskritik*. Berlin: De Gruyter.
- _____. (2013b). *Nach Marx: Philosophie, Kritik, Praxis* (Originalausgabe). Berlin: Suhrkamp Verlag.
- Joas, H. (1996). *Die Kreativität des Handelns*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag KG.
- Latour, B. (2006). *Changer de société, refaire de la sociologie*. Paris: La Découverte.
- Marx, K. (1973). *Das Kapital. Kritik der politischen Ökonomie*, Livro I. In: Marx-

- Engels-Werke, v.23 [MEW 23]. Berlin: Dietz Verlag.
- _____. (1976). *Grundrisse. Ökonomische Manuskripte 1857-8*. In: Marx-Engels-Gesamtausgabe, v.II/1 [MEGA II/1]. Berlin: Dietz Verlag.
- _____. (1982). *Ökonomische Manuskripte 1863-7*. In: Marx-Engels-Gesamtausgabe, v.II/4 [MEGA II/4.1]. Berlin: Dietz Verlag.
- _____. (1996). *O Capital*. Livro primeiro, Tomo I, Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural.
- _____. (2011a). Glosas marginais ao “Tratado de Economia Política” de Adolfo Wagne. *Serviço Social em Revista*, 13(2), pp. 170-179.
- _____. (2011b). *Grundrisse. Manuscritos Econômicos de 1857-1858* (Edição: 1). São Paulo: Boitempo.
- Postone, M. (2003). *Time, Labor, and Social Domination: A Reinterpretation of Marx’s Critical Theory*. Cambridge; New York: Cambridge University Press.
- _____. (2007). Repenser la théorie critique du capitalisme. Conferência retirada de http://sd-1.archive-host.com/membres/up/4519779941507678/Repenser_la_theorie_critique_du_capitalisme_Moishe_Postone_def.pdf. Acesso em 12 de Junho de 2015.
- _____. (2009). Labor and the logic of abstraction: an interview. *South Atlantic Quarterly*, 108 (2), pp. 305-330.
- Renault, E. (2014). *Marx et la philosophie*. Paris: PUF.
- Streeck, W. (2012). How to Study Contemporary Capitalism?. *European Journal of Sociology*, 53, pp 1-28
- Zuboff, S. (2015). Big Other: Surveillance Capitalism and the Prospects of an Information Civilization. *Journal of Information Technology* (2015) 30, pp. 75-89.

Recebido em: 15.03.2018

Aceito em: 09.05.2018